

SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

CÓDIGOS FISCAIS E OUTRA LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

8.^a edição
FEVEREIRO
2012

Actualizações online
www.areaseditora.pt

Índice geral

Índice cronológico

Índice sistemático em cada diploma

- 1 - Princípios, Procedimentos e Contencioso Tributários
 - 1.1 - Constituição da República Portuguesa (CRP)
 - 1.2 - Lei Geral Tributária (LGT)
 - 1.3 - Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT)
 - 1.4 - Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT)
 - 1.5 - Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT)
 - 1.6 - Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária
 - 1.7 - Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF)
- 2 - Impostos sobre o Rendimento
 - 2.1 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)
 - 2.2 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC)
- 3 - Impostos sobre o Consumo
 - 3.1 - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)
 - 3.2 - Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias (RITI)
 - 3.3 - Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)
- 4 - Impostos sobre o Património e outros
 - 4.1 - Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis (CIMI)
 - 4.2 - Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMO)
 - 4.3 - Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo)
 - 4.4 - Código do Imposto sobre Veículos (CISV)
 - 4.5 - Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)
 - 4.6 - Regulamentos das Contribuições Especiais (RCE)
 - 4.7 - Imposto Especial de Jogo (IEJ)
 - 4.8 - Regime da Contribuição sobre o Sector Bancário
- 5 - Estatuto dos Benefícios Fiscais e outros
 - 5.1 - Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)
 - 5.2 - Estatuto do Mecenato Científico (*Revogado*)
 - 5.3 - Estatuto Fiscal Cooperativo (*Revogado*)
 - 5.4 - Código Fiscal do Investimento e Regulamentação dos Benefícios Fiscais à Internacionalização
- 6 - Regiões Autónomas e Autarquias Locais
 - 6.1 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. dos Açores
 - 6.2 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. da Madeira
 - 6.3 - Lei das Finanças Locais, taxas de Derrama, participação variável no IRS e taxas de IMI por município

7 - Legislação Complementar

Compilação organizada por

José M. M. Marreiros

Maria Helena Marques

FICHA TÉCNICA

Título

Sistema Fiscal Português – Códigos fiscais e outra legislação fundamental

Autores

José M. M. Marreiros e Maria Helena Marques

Editora e distribuidora

ÁREAS EDITORA, S.A.

Serviços administrativos e comerciais

Av. 5 de Outubro, 184 - 1.º Frt – 1050-063 Lisboa

Serviços de distribuição

Rua da Palmeira, 18 A, Armazém – 2720-4430 Damaia de Baixo, Amadora

Telef.: 21 752 12 90 • Fax: 21 752 12 99

E-mail: areaseditora@netcabo.pt

www.areaseditora.pt

Copyright ©

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer meio, seja electrónico, mecânico, de fotocópia ou de gravação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora.

Composição, impressão e acabamento: DPI Cromotipo

Depósito legal: 338993/12 • Cód. interno: 102030

ISBN: 978-989-8058-71-3

NOTA PRÉVIA

O presente livro foi elaborado de modo a, num só volume, compilar a legislação dos impostos que constituem o sistema fiscal português.

Tem como objectivo proporcionar aos seus destinatários (quer sejam estudantes, professores ou profissionais que lidem com o ramo do direito fiscal), a um preço acessível, a comodidade de evitar a aquisição de vários livros, certamente mais dispendiosos no seu conjunto e dispersivos na sua consulta.

Não pretendendo ser uma obra exaustiva, é, no entanto, bastante abrangente, apresentando-se com uma organização e um formato que permitem o seu fácil manuseamento.

Está dividido em sete pontos: Princípios, procedimentos e contencioso tributários [1], Impostos sobre o rendimento [2], Impostos sobre o consumo [3], Impostos sobre o património e outros considerados híbridos [4], Estatuto dos benefícios fiscais e outros [5], Regiões autónomas e autarquias locais [6] e Legislação complementar [7], que, por sua vez, se subdividem nos códigos fiscais e demais diplomas da ordem jurídica interna considerados fundamentais no sistema fiscal.

Para além da legislação complementar inserida por ordem cronológica no ponto [7], também se encontra legislação complementar, quadros resumo e fórmulas de cálculo inseridos em notas a artigos de diversos diplomas, tanto nesse ponto como nos pontos [1] a [6]. O motivo dessa inserção/arrumação é de ordem prática, nomeadamente a sua relação directa com o assunto do artigo ou do diploma em causa, a sua especificidade e a consulta imediata.

Contém os índices geral e cronológico e, junto a cada diploma, um índice sistemático para facilitar a consulta e dar o panorama geral do seu conteúdo.

Na elaboração do livro foram ainda considerados os seguintes critérios:

- As normas revogadas são indicadas com menção do respectivo diploma e, quanto às normas alteradas, referenciam-se com menção dos diplomas publicados a partir de Dezembro de 2001;
- Relativamente às normas recentemente revogadas ou alteradas, transcreve-se a sua anterior redacção ou apenas a expressão objecto de alteração, no entanto, nos diplomas republicados faz-se menção das normas alteradas apenas a partir da republicação;
- Nos artigos de alguns diplomas criaram-se epígrafes em *itálico*, quando os textos legais não as prevêm, nos casos em que se considera fundamental a sua existência para facilitar a identificação do conteúdo;
- De acordo com o estabelecido nos decretos-lei que renumeraram o articulado e procederam à republicação do CIRC, IVA, RITI e EBF, bem como o que aprovou o novo CIEC e revogou o anterior, todas

as remissões para preceitos destes diplomas na redacção anterior, consideram-se efectuadas para as disposições correspondentes resultantes da nova redacção, pelo que, com o intuito de facilitar a percepção dessa correspondência, junto de cada norma remissiva, indica-se o artigo novo com “(actual __)”;

- Nas notas em que se referenciam diplomas incluídos no presente livro, indica-se com “[_]” o ponto onde estão inseridos e com “p. __” ou “pp. __” a página ou páginas respectivas;
- Nas notas em que se referenciam diplomas não incluídos no presente livro, indica-se um sítio da Internet onde se encontram disponíveis, nomeadamente os que aprovam modelos de declarações e formulários fiscais “(disponíveis em www.portaldasfinancas.gov.pt)”.

Importa referir que as notas, quadros resumo, fórmulas de cálculo, menção da correspondência entre artigos antigos e artigos novos, epígrafes em artigos de diplomas cujos textos legais não as prevêm e outras inovações, apresentados em caracteres diferenciadores – *itálico* – e que não sejam a transcrição de diplomas legais ou de instruções divulgadas, são da autoria e inteira responsabilidade dos autores, podendo o seu conteúdo não coincidir com a posição oficial, pelo que não dispensam a leitura dos diplomas originais.

Esta 8.ª edição encontra-se actualizada a Fevereiro de 2012, incluindo a inúmera legislação publicada desde a saída da 7.ª edição de Setembro de 2010. Deve ter-se em atenção que, na sequência da criação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em resultado da fusão da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI), Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) e Direcção-Geral de Informática Tributária e Aduaneira (DGITA), quaisquer referências feitas em leis ou documentos às extintas direcções-gerais consideram-se como efectuadas à AT.

Sendo previsível que continue a verificar-se a ocorrência de frequentes alterações legislativas e a conseqüente necessidade de actualização permanente desta colectânea, serão elaboradas actualizações com indicação das páginas do livro onde devem ser inseridas, a disponibilizar para consulta e impressão até à próxima edição em www.areaseditora.pt.

O rigor colocado na elaboração deste livro não invalida que possa conter eventuais gralhas ou incorrecções. Agradece-se, desde já, a todos os que tiverem a amabilidade de no-las comunicar e/ou enviar críticas e sugestões, podendo fazê-lo para os seguintes endereços: *Jose.Martins.Marreiros@at.gov.pt*; *Helena.Valente.Marques@at.gov.pt*.

Finalmente, esclarece-se que, nesta edição, ainda não é utilizada a grafia do novo Acordo Ortográfico, excepto, por razões óbvias, na transcrição da legislação publicada em 2012.

Lisboa, Fevereiro de 2012

ÍNDICE GERAL (*)

	Página		Página
ÍNDICE CRONOLÓGICO	13	4.3 – CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO E TABELA GERAL (CISelo e TGISelo) Lei nº 150/99, de 11 de Setembro	376
1.			
PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E CONTENCIOSO TRIBUTÁRIOS			
1.1 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP) <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal)</i>	22	4.4 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (CISV) Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho	393
1.2 – LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT) Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro	29	4.5 – CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO (CIUC) Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho	410
1.3 – CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO (CPPT) Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de Outubro	51	4.6 – REGULAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	
1.4 – REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT) Lei nº 15/2001, de 5 de Junho.....	95	4.6.1 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo (RCE) – Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de Março	417
1.5 – REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT) Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de Dezembro	116	4.6.2 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 (RCE) – Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de Março	421
1.6 – REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro	125	4.6.3 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos (RCE) – Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de Março	424
1.7 – ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (ETAF) Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro.....	132	4.7 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ) Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de Dezembro <i>(Lei do Jogo – Artigos relacionados com o sistema fiscal)</i>	428
2.			
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO			
2.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (CIRS) Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro	147	4.8 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O SECTOR BANCÁRIO Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Art. 141º	433
2.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (CIRC) Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro	199	5.	
Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de Julho	199	ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTROS	
3.			
IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO			
3.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (CIVA) Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro.....	255	5.1 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF) Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho	435
3.2 – REGIME DO IVA NAS TRANSACÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS (RITI) Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro.....	298	5.2 – ESTATUTO DO MECENATO CIENTÍFICO <i>(Revogado)</i> Lei nº 26/2004, de 8 de Julho.....	465
3.3 – CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (CIEC) Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de Junho	309	5.3 – ESTATUTO FISCAL COOPERATIVO <i>(Revogado)</i> Lei nº 85/98, de 16 de Dezembro	468
4.			
IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO E OUTROS			
4.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI) Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro	335	5.4 – CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO E REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS À INTERNACIONALIZAÇÃO <i>(Procedimento aplicável à contratualização dos benefícios previstos no art. 41º do EBF e criação do regime fiscal do residente não habitual)</i> ...	471
4.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (CIMT) Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro.....	364	Código Fiscal do Investimento – Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro.....	472
		Regulamentação dos benefícios fiscais à internacionalização – Decreto-Lei nº 250/2009, de 23 de Setembro.....	477
		Códigos CAE das actividades económicas beneficiárias dos incentivos ao investimento produtivo e à internacionalização – Portaria nº 1452/2009, de 29 de Dezembro	479

(*) Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.

6.	
REGIÕES AUTÓNOMAS E AUTARQUIAS LOCAIS	
6.1 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
Redução de taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à colecta e benefícios fiscais	
– Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de Janeiro.....	481
6.2 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
6.2.1 – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira	
– Decreto Legislativo Regional n.º 3/2001/M, de 22 de Fevereiro.....	484
6.2.2 – Taxa geral de IRC na R.A. da Madeira e Derrama Regional	
– Decreto Legislativo Regional n.º 2/2001/M, de 20 de Fevereiro.....	486
– Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, de 5 de Agosto.....	487
6.2.3 – Regime da Contribuição sobre o Sector Bancário na R.A. da Madeira	
– Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de Janeiro.....	488
6.2.4 – Adaptação dos benefícios fiscais em regime contratual à R.A. da Madeira	
– Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/M, de 28 de Junho.....	490
– Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2007/M, de 22 de Agosto.....	491
6.2.5 – Regime de incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na R.A. da Madeira	
– Decreto Legislativo Regional n.º 2/2009/M, de 22 de Janeiro.....	495
6.2.6 – Adaptação orgânica e funcional da legislação nacional à R.A. da Madeira	
– Decreto Legislativo Regional n.º 27/2008/M, de 3 de Julho.....	498
6.3 – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS, TAXAS DE DERRAMA, PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS E TAXAS DE IMI PARA PRÉDIOS URBANOS POR MUNICÍPIO	
Lei das Finanças Locais (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>)	
– Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.....	503
Taxas de Derrama por município (<i>Lançadas nos termos do art. 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01</i>).....	507
Participação variável no IRS por município (<i>Fixada e dedução à colecta, nos termos do art. 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01</i>).....	509
Taxas de IMI para prédios urbanos por município (<i>Fixadas nos termos do n.º 5 do art. 112.º do CIMI</i>).....	511
7.	
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
(inserida por ordem cronológica)	
Número de identificação fiscal (NIF) das pessoas singulares, pessoas colectivas e entidades equiparadas	
– Decreto-Lei n.º 463/79, de 30 de Novembro.....	513
Regime especial do IVA nas agências de viagem e organizadores de circuitos turísticos	
– Decreto-Lei n.º 221/85, de 3 de Julho.....	516
Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados	
– Decreto-Lei n.º 346/85, de 23 de Agosto.....	517
Regime especial do IVA nas transmissões de combustíveis gasosos (<i>Gás em botija e outros</i>)	
– Lei n.º 9/86, de 30 de Abril – Art. 32.º (<i>Revogado</i>).....	518
Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais	
– Decreto-Lei n.º 143/86, de 16 de Junho (<i>Regulamentação do art. 14.º, n.º 1, alínea l), do CIVA</i>).....	519
– Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de Julho (<i>Regulamentação do art. 14.º, n.º 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i>).....	520
Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas, sem carácter comercial, expedidas de um país terceiro	
– Decreto-Lei n.º 398/86, de 26 de Dezembro.....	521
Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal	
– Decreto-Lei n.º 295/87, de 31 de Julho.....	521
Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efectuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efectuadas por revendedores directos; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia eléctrica efectuadas pelos produtores.	
– Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de Abril – Arts. 9.º e 10.º.....	522
Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC	
– Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de Dezembro.....	523
Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens	
– Decreto-Lei n.º 31/89, de 25 de Janeiro.....	529
Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas, instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e cooperativas de solidariedade social	
– Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro.....	538
Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais (<i>Regulamentação do n.º 6 do art. 123.º, do CIRC</i>)	
– Portaria n.º 118/90, de 15 de Fevereiro.....	540
Isenção/restituição do IVA às forças armadas, forças e serviços de segurança e associações e corporações de bombeiros	
– Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de Abril.....	541
Assistência mútua das autoridades competentes dos Estados membros no domínio dos impostos directos e impostos sobre os prémios de seguro	
– Decreto-Lei n.º 127/90, de 17 de Abril.....	542
Sistemas de facturação e arquivo de informação	
– Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de Junho – Art. 5.º.....	544
Isenção de IVA nas vendas efectuadas a exportadores nacionais (<i>Trading</i>)	
– Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de Junho – Art. 6.º.....	545
Regime das retenções na fonte de IRS, tabelas de retenção na fonte de IRS e tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal:	
– Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de Janeiro (<i>Regime das retenções na fonte de IRS</i>).....	547
– Tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões, aplicáveis a titulares residentes em território português (<i>Versão unificada para o Continente, Açores e Madeira</i>).....	551
– Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (<i>Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e royalties – IRS e IRC</i>).....	557
Regulamentação geral da cobrança e dos reembolsos do IVA	
– Decreto-Lei n.º 229/95, de 11 de Setembro.....	561
Regime especial de tributação em IVA dos bens em segunda mão, objectos de arte, de colecção e antiguidades	
– Decreto-Lei n.º 199/96, de 18 de Outubro.....	564
Regime especial de exigibilidade do IVA nas empreitadas e subempreitadas de obras públicas	
– Decreto-Lei n.º 204/97, de 9 de Agosto.....	567
Regime fiscal específico das sociedades desportivas	
– Lei n.º 103/97, de 13 de Setembro.....	569

Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil (<i>Regime excepcional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI</i>) – Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de Janeiro.....	570	Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 (<i>Normas fiscais</i>), aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 74/2004 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República nº 80/2004, de 16 de Novembro	620
Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos – Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de Fevereiro.....	571	Tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros (<i>Transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva 2003/48/CE</i>) – Decreto-Lei nº 62/2005, de 11 de Março	621
Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de Janeiro.....	575	Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE) – Lei nº 40/2005, de 3 de Agosto	626
Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos actos eleitorais ou referendários (<i>Isenção de IRS e de outros tributos</i>) – Lei nº 22/99, de 21 de Abril – Arts. 3º e 9º	577	Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Decreto-Lei nº 193/2005, de 7 de Novembro	627
Regime da tesouraria do Estado – Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de Junho.....	577	Envio por transmissão electrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal (<i>Obrigatoriedade para todos os sujeitos passivos, a partir de 1/01/2006</i>) – Portaria nº 1 339/2005, de 30 de Dezembro	631
Pessoas colectivas de utilidade pública (<i>Isenções</i>) – Lei nº 151/99, de 14 de Setembro	583	Regime fiscal específico na transferência de património edificado do IGFSS e do IGAPHE – Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro – Arts. 5º e 84º	632
Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento – Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de Setembro	584	Informação Empresarial Simplificada (IES) – Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de Janeiro	633
Regime especial de exigibilidade do IVA nas entregas de bens às cooperativas agrícolas – Decreto-Lei nº 418/99, de 21 de Outubro.....	586	Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (<i>Regulamentação dos nºs 4 a 6 do art. 12º CIVA</i>) – Decreto-Lei nº 21/2007, de 29 de Janeiro	636
Incentivo fiscal à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida (<i>Crédito de Imposto Sobre Veículos – ISV</i>) – Decreto-Lei nº 292-A/2000, de 15 de Novembro	587	Ficheiro modelo de auditoria tributária – SAF-T-PT (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º, do CIRC</i>) – Portaria nº 321-A/2007, de 26 de Março	639
Lei da liberdade religiosa (<i>Normas fiscais</i>) – Lei nº 16/2001, de 22 de Junho.....	590	Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das facturas ou documentos equivalentes emitidos por via electrónica, nos termos do CIVA – Decreto-Lei nº 196/2007, de 15 de Maio	640
Regime fiscal das operações de titularização de créditos – Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto.....	592	Incentivos específicos – Remuneração convencional do capital social – Regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana – Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro - Arts. 81º e 82º	642
Preços de transferência (<i>Regulamentação do nº 13 do art. 63º, CIRC</i>) – Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de Dezembro	594	Deveres de comunicação, informação e esclarecimento à administração tributária para prevenir e combater o planeamento fiscal abusivo e orientações interpretativas – Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 de Fevereiro	643
Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (<i>Dedução à colecta de IRS prevista no art. 21º de EBF</i>) – Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de Julho.....	600	– Despacho nº 14 592/2008, do SEAF, publicado em 27 de Maio.....	646
Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (<i>Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal</i>) – Lei nº 19/2003, de 20 de Junho.....	604	Normas necessárias à boa execução dos incentivos à interioridade (<i>Regulamentação do nº 7 do art. 43º do EBF</i>) – Decreto-Lei nº 55/2008, de 26 de Março	651
Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços por via electrónica a não sujeitos passivos nela residentes – Decreto-Lei nº 130/2003, de 28 de Junho.....	606	Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (<i>Regulamentação do nº 9 do art. 138º, do CIRC</i>) – Portaria nº 620-A/2008, de 16 de Julho	656
Regime de bens em circulação e documentos de transporte (<i>Nas operações realizadas por sujeitos passivos de IVA</i>) – Decreto-Lei nº 147/2003, de 11 de Julho	608	Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) – Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro – Arts. 102º a 105º	660
Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a certas quotizações, direitos, impostos e outras medidas (<i>Transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva 2001/44/CE do Conselho, que alterou a 76/308/CEE, e da Directiva 2002/94/CE da Comissão</i>) – Decreto-Lei nº 296/2003, de 21 de Novembro.....	613	Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros – Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro – Art. 116º	662
Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (<i>Paraisos fiscais</i>) – Portaria nº 150/2004, de 13 de Fevereiro	618		
Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (<i>CIRE, Título XIII – Benefícios emolumentares e fiscais</i>), aprovado pelo Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de Março.....	619		

Regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (<i>RFAI 2009 – Prorrogado até 31/12/2012</i>) – Lei nº 10/2009, de 10 de Março – Art. 13º 663	Código Civil – Art. 279º - Cômputo do termo (<i>contagem dos prazos</i>) Nota ao art. 20º do CPPT [1.3] 58
Regime especial de exigibilidade do IVA dos serviços de transporte rodoviário nacional de mercadorias – Lei nº 15/2009, de 1 de Abril 666	Código do Processo Civil – Art. 144º - Regra da continuidade dos prazos Nota ao art. 20º do CPPT [1.3] 59 – Art. 193º, n.ºs 1 e 2 - Ineptidão da petição inicial Nota ao art. 98º do CPPT [1.3] 70
Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso – Decreto-Lei nº 186/2009, de 12 de Agosto (<i>pacote IVA</i>) 667	Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de Abril - Art. 32º - Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3] 62
Regime das depreciações e amortizações (<i>Regulamentação do nº 1 do art. 31º do CIRC</i>) – Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro 672	Portaria nº 493/2002, de 27 de Abril - Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3] 84
Regime excepcional de regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior (RERT II) – Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril – Art. 131º 683	Portaria nº 219/2011, de 1 de Junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão electrónico – Nota ao art. 248º do CPPT [1.3] 89
Certificação prévia dos programas informáticos de facturação (<i>Regulamentação do nº 9 do art. 123º do CIRC</i>) – Portaria nº 363/2010, de 23 de Junho 684	Portaria nº 352/2002, de 3 de Abril - Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3] 90
Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (<i>Regulamentação do art. 22º do CIVA</i>) – Despacho Normativo nº 18-A/2010, de 1 de Julho 687	Em notas a artigos do RGIT [1.4]
Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II) – Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Art. 133º 691	Código Penal Art. 202º, alíneas a) e b) – Definições legais (<i>Valor elevado e valor consideravelmente elevado</i>) – Nota ao art. 11º do RGIT [1.4] 98
Remuneração convencional do capital social – Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Art. 136º 692	Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto - Art. 7º - Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] 102
Regime excepcional de regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior (RERT III) – Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Art. 166º 693	Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de Abril - Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] 102
OUTRA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, QUADROS RESUMO E FÓRMULAS DE CÁLCULO, EM NOTAS A ARTIGOS DE DIVERSOS DIPLOMAS (inseridos por ordem sistemática dos artigos)	Em notas a artigos do Regime da Arbitragem Tributária [1.6]
Em notas a artigos da LGT [1.2]	Portaria nº 112-A/2011, de 22 de Março – Vincula a Direcção-Geral dos Impostos e a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (<i>actual Autoridade Tributária e Aduaneira</i>) à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa – Nota ao art. 4º do Regime da Arbitragem Tributária [1.6] 126
Portaria nº 291/2003, de 8 de Abril - Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35º da LGT [1.2] 35	Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária, aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do Regime da Arbitragem Tributária [1.6] 128
Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de Março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] 36	Em notas a artigos do ETAF [1.7]
Avisos do IGCP que fixam a taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 37	Lei nº 52/2008, de 28 de Agosto - Art. 31º - Alçadas – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6] 134
Portaria nº 972/2009, de 31 de Agosto - Regulamenta o novo regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] 44	Em notas a artigos do CIRS [2.1]
Portaria nº 78/2001, de 8 de Fevereiro - Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria colectável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2] 49	Diplomas que estabelecem os limites legais do subsídio de refeição, das ajudas de custo e do subsídio de transporte em automóvel próprio – Nota ao art. 2º, nº 3 d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo 157
Portaria nº 640/99, de 12 de Agosto - Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LGT [1.2] 49	Abono para falhas – Fórmula de cálculo do limite mensal a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 3 c), do CIRS [2.1] 157
Em notas a artigos do CPPT e ao DL que o aprova [1.3]	Indemnização por cessação do contrato de trabalho – Fórmula de cálculo do limite a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 4 b), do CIRS [2.1] 157
Decreto-Lei nº 212/89, de 30 de Junho - Arts. 5º e 6º (<i>Revogados</i>) Regulamento das Custas Processuais (RCP) - Art. 5º - Unidade de conta processual Quadro resumo dos valores da unidade de conta (UC) – Notas ao art. 5º de DL nº 433/99, de 26/10 [1.3] 56	Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 de Novembro - Art. 12º, nº 6 Microprodução de electricidade – Exclusão de tributação IRS – Nota ao art. 3º, nº 4, do CIRS [2.1] 157

Mais-valias ou menos-valia (categoria G) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 10º, nº 1, do CIRS [2.1]	161	Crédito de imposto por dupla tributação internacional (método da imputação normal ou ordinária) – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 81º, nºs 1 e 2, do CIRS [2.1]	184
Despacho nº 243/2008-XVII, do SEAF, de 18 de Abril Exclusão da incidência de IRS de todas as prestações qualificadas como indemnizações devidas em consequência de lesão corporal, doença ou morte – Nota ao art. 12º, do CIRS [2.1].....	162	Portaria nº 303/2010, de 8 de Junho - Regulamenta as deduções à colecta do IRS respeitantes a encargos com equipamentos de eficiência energética ambiental – Nota ao art. 85º-A do CIRS [2.1]	186
Normas transitórias que estabelecem exclusão de tributação de parte dos rendimentos auferidos por sujeitos passivos com deficiência – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1]	162	Lei nº 49/2011, de 7 de Setembro – Art. 2º – Disposições transitórias e finais relativas à sobretaxa extraordinária do IRS do ano de 2011 – Nota ao art. 99º-A do CIRS [2.1]	189
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de Dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1]	163	Portaria nº 879-A/2010, de 29 de Novembro (2.ª série) – Recibo verde electrónico – Nota ao art. 115º do CIRS [2.1]	192
Diplomas que estabelecem os valores da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), do indexante de apoios sociais (IAS) e da pensão mínima do regime geral (PMRG) – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163	Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho – Art. 91º, nº 2 – Norma transitória relativa à entrega da declaração mod. 39 do IRS do ano 2009 – Nota ao art. 119º do CIRS [2.1]	194
Lei nº 6/2001, de 11 de Maio - Medidas de protecção das pessoas que vivam em economia comum, e Lei nº 7/2001, de 11 de Maio – Medidas de protecção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]	164	Portaria nº 1 011/2001, de 21 de Agosto - Tabela de actividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1].....	198
Lista dos Estados membros do Espaço Económico Europeu (EEE) – Nota ao art. 17º-Aº do CIRS [2.1]	166	Em notas a artigos do CIRC [2.2]	
Uso ou aquisição de viatura que tenha originado encargos para a entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nºs 5, 6 e 7, do CIRS [2.1]	168	Tabela de correspondência dos artigos e epígrafes antigos para os artigos novos do CIRC (renumerados pelo DL nº 159/2009, de 13/07) – Nota ao índice do CIRC [2.2]	201
Portaria nº 383/2003, de 14 de Maio - Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1]	168	Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Art. 115º – Revogação de isenções concedidas a entidades anexas de IPSS – Nota ao art. 10º do CIRC [2.2]	211
Lei nº 21/85, de 30 de Julho - Art. 17º nº 1 i), e Lei nº 143/99, de 31 de Agosto - Art. 4º nº 1 - Dedução específica da cat. A do IRS de juizes e de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1].....	169	Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril – Art. 167º - Incentivo à aquisição de frotas de veículos exclusivamente eléctricos em 2010 – Nota ao art. 34º do CIRC [2.2]	216
Portaria nº 543/2000, de 4 de Agosto - Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1].....	169	Portaria nº 467/2010, de 7 de Julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos eléctricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º do CIRC [2.2]	216
Portaria nº 1 041/2001, de 28 de Agosto - Limites para as viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º do CIRS [2.1].....	171	Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Art. 101º Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Art. 117º Despesas com equipamentos e <i>software</i> de facturação (2010 a 2012) – Nota ao art. 38º, nº 2, do CIRC [2.2]	218
Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de Novembro – Anexo, art. 2º, nºs 2 e 3 – Efectivos e limiares financeiros que definem as categorias de pequenas e micro empresas – Nota ao art. 43º do CIRS [2.1]	173	Encargos com ajudas de custo e compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador ao serviço da entidade patronal (<i>sim/não gasto fiscal elou tributação autónoma</i>) – Nota ao art. 45º, nº 1 f), do CIRC [2.2] – Quadro resumo	221
Decreto-Lei nº 41/2008, de 10 de Março - Art. 66º - Deduções no IRS dos descontos dos pensionistas para os subsistemas de saúde da Administração Pública – Nota ao art. 53º do CIRS [2.1].....	175	Encargos não devidamente documentados e despesas não documentadas (<i>não gasto fiscal elou tributação autónoma</i>) – Nota ao art. 45º, nº 1 g), do CIRC [2.2]	221
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes no Continente – Nota ao art. 68º do CIRS [2.1]	178	Encargos com combustíveis (<i>sim/não gasto fiscal elou tributação autónoma</i>) – Nota ao art. 45º, nº 1 i), do CIRC [2.2]	221
Portaria nº 12/2010, de 7 de Janeiro – Tabela de actividades de elevado valor acrescentado para efeitos do nº 6 do art. 72º e nº 4 do art. 81º do CIRS (<i>regime fiscal do residente não habitual</i>) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	180	Portaria nº 184/2002, de 4 de Março - Taxa de referência para juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 Novembro – Art. 2º do Anexo – Efectivos e limiares financeiros que definem as categorias de micro, pequenas e médias empresas (PME) – Notas ao art. 45º, nº 1 j), do CIRC [2.2]	221
Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril – Art. 174º – Englobamento de rendimentos da categoria B decorrentes do exercício de actividade agrícola, silvícola ou pecuária (2010) – Nota ao art. 74º do CIRS [2.1]	182	Gastos relativos à participação nos lucros por membro de órgãos sociais, titular de parte do capital social – Fórmula de cálculo do limite considerado gasto fiscal – Nota ao art. 45º, nº 1 n), do CIRC [2.2]	221
		Mais-valias e menos-valia fiscais – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 46º, nº 2, do CIRC [2.2]	222

Portarias que estabelecem os coeficientes de desvalorização da moeda – Nota ao art. 47º, nº 1, do CIRC [2.2] – Quadro resumo	222	Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de Dezembro - Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 22), do CIVA [3.1]	270
Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro – Art. 72º, Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho – Art. 9º, Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril – Art. 91º – Regras transitórias para o regime simplificado (2009 e 2010) – Nota ao art. 58º do CIRC [2.2]	227	Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de Junho - Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1]	270
Código das Sociedades Comerciais Art. 483º – Sociedades em relação de simples participação – Nota ao art. 63º, nº 5, do CIRC [2.2]	229	Despacho nº 6 428/2006, publicado em 21 de Março - Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º do CIVA [3.1].....	274
Juros não dedutíveis, na parte relativa ao excesso de endividamento por motivo de subcapitalização – Fórmula de cálculo dos juros não dedutíveis e do excesso de endividamento – Nota ao art. 67º do CIRC [2.2]	231	Taxas de IVA aplicáveis em cada Estado membro da União Europeia – Nota ao art. 18º do CIVA [3.1] – Quadro resumo	275
Lei nº 64/2008, de 5 de Dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril – Art. 90º - Tributação autónoma excepcional do sector financeiro – Notas ao art. 88º do CIRC [2.2]	239	Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de Agosto - Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1]	275
Crédito de imposto por dupla tributação internacional – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 91º do CIRC [2.2]	240	Método da percentagem de dedução ou <i>pro rata</i> – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 23º do CIVA [3.1]	278
Despacho nº 4727/2009, publicado em 9 de Fevereiro – Aprova os modelos de formulários destinados à aplicação da Directiva nº 2003/49/CE, do Conselho, de 3 de Junho (<i>Directiva juros e royalties</i>) – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2]	243	Portaria nº 375/2003, de 10 de Maio - Envio por transmissão electrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1].....	281
Pagamentos por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º do CIRC [2.2]	245	Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 de Novembro – Art. 12º, nº 4 Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de Março – Art. 14º, nº 3 Microprodução e miniprodução de electricidade – Facturação – Nota ao art. 36º, nº 11, do CIVA [3.1]	283
Pagamentos adicionais por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º-A do CIRC [2.2]	245	Despacho nº 1 702/2005-XVII, do SEAF, de 22 de Dezembro IVA-Alargamento da obrigatoriedade de emissão de facturas – Nota ao artigo 40º do CIVA [3.1].....	283
Pagamento especial por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2]	246	Base tributável nas facturas com IVA incluído – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 49º do CIVA [3.1]	285
Portaria nº 92-A/2011, de 28 de Fevereiro – Define os elementos que integram o <i>dossier</i> fiscal – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2]	251	Despacho nº 14 839/2005, publicado em 7 Julho – Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1].....	290
Em notas a artigos do CIVA [3.1]		Portaria nº 185/99, de 20 de Março - Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1].....	294
Tabela de correspondência dos artigos antigos para os artigos novos do CIVA (renumerados pelo DL nº 102/2008, de 20/06) – Nota ao índice do CIVA [3.1]	257	Despacho nº 26 026/2006, publicado em 22 de Dezembro - Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1].....	294
Lista dos Estados membros da União Europeia e datas de adesão – Nota ao art. 1º, nº 2 b) do CIVA [3.1]	262	Em notas a artigos do RITI [3.2]	
Portaria nº 521/89, de 8 de Julho - Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1]	264	Tabela de correspondência dos artigos antigos para os artigos novos do RITI (renumerados pelo DL nº 102/2008, de 20/06) – Nota ao índice do RITI [3.2]	298
Portaria nº 1 158/2000, de 7 de Dezembro - Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1]	264	Montante a partir do qual ficam sujeitas a tributação no Estado membro de destino as aquisições intracomunitárias de bens efectuadas por sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas sem direito à dedução, bem como as efectuadas pelo Estado e demais pessoas colectivas de direito público quando actuem na qualidade de não sujeitos passivos – Nota ao art. 5º do RITI [3.2] – Quadro resumo	302
Portaria nº 497/2008, de 24 de Junho - Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1]	264	Montante a partir do qual as vendas à distância são obrigatoriamente sujeitas a tributação no Estado membro de destino – Nota ao art. 10º do RITI [3.2] – Quadro resumo	303
Tratado sobre o Funcionamento da UE (Tratado de Lisboa) – Art. 29º – Definição do que se considera produtos em livre prática – Nota ao art. 5º do CIVA [3.1]	265	Estrutura do número de identificação fiscal (NIF), para efeitos de IVA, relativamente a cada Estado membro – Nota ao art. 27º do RITI [3.2] – Quadro resumo	307

Em notas a artigos do CIEC e ao DL que o aprova [3.3]

Tabela de correspondência dos artigos e epígrafes do CIEC revogado para os artigos do novo CIEC (aprovado pelo DL n° 73/2010, de 21/06) – Nota ao índice do CIEC [3.3] 310

Decreto-Lei n° 566/99, de 22 de Dezembro (*Revogado*) - CIEC, capítulo III, arts. 32° a 36° (*em vigor até 31/12/2010*) – Nota ao art. 7° do DL n° 73/2010, de 21/06 [3.3]..... 312

Normas transitórias que estabelecem o adicional às taxas do ISP – Nota ao art. 92° do CIEC [3.3] 329

Em notas a artigos do CIMI e ao DL que o aprova [4.1]

Lei n° 60-A/2011, de 30 de Novembro – Art. 10° – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15° do DL n° 287/2003, de 12/11 [4.1] 338

Portaria n° 1 337/2003, de 5 de Dezembro - Coeficientes desvalorização da moeda a aplicar para a actualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16°, n° 2, do DL n° 287/2003, de 12/11 [4.1]..... 341

Despacho n° 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de Dezembro - Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23° do DL n° 287/2003, de 12/11 [4.1] 342

Portaria n° 982/2004, de 4 de Agosto - Inicialmente aprovou o zonamento, os coeficientes, o custo médio de construção e as directrizes relativas à qualidade – Nota ao art. 62° do CIMI [4.1] 354

Portarias que fixam o valor médio de construção – Nota ao art. 62° do CIMI [4.1] – Quadro resumo 354

Portaria n° 1434/2007, de 6 de Novembro - Directrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excepcional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos da aplicação das tabelas I e II referidas no n° 1 do art. 43° do CIMI – Nota ao art. 62° do CIMI [4.1] 354

Portaria n° 1119/2009, de 30 de Setembro - Actualiza o zonamento com a introdução de zonas homogéneas do zonamento e delimitação de alguns coeficientes de localização – Nota ao art. 62° do CIMI [4.1] 354

Decreto-Lei n° 159/2006, de 8 Agosto - Conceito fiscal prédio devoluto – Nota ao art. 112° do CIMI [4.1]..... 360

Em notas a artigos do CIMT [4.2]

Decreto-Lei n° 275/93, de 5 de Agosto – Art. 61° – Isenção de IMT (*time-sharing*) – Nota ao art. 6° do CIMT [4.2] 367

Lei n° 21/90, de 4 de Agosto - Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17° do CIMT [4.2] 371

Tabelas práticas para aplicação das taxas do IMT (habitação própria e permanente e habitação – Continente e Regiões Autónomas) – Nota ao art. 17° do CIMT [4.2] 371

Em notas a artigos do CISelo [4.3]

Normas transitórias que isentam de imposto do selo a constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, como um dos incentivos fiscais – Nota ao art. 7° do CISelo [4.3] 382

Normas transitórias que isentam de imposto do selo determinadas operações de reporte, como uma das medidas excepcionais de apoio ao financiamento da economia – Nota ao art. 7° do CISelo [4.3] 382

Em notas a artigos do CISV e à Lei que o aprova [4.4]

Decreto-Lei n° 43/76, de 20 de Janeiro - Art. 15° - Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60 % – Nota ao art. 13°, n° 3, da Lei n° 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4]..... 395

Lei n° 36/91, de 27 de Julho - Art. 3° - Isenção do imposto automóvel (actual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13°, n° 3, da Lei n° 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4]..... 395

Portaria n° 44/2011, de 26 de Janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional – Nota ao art. 11° do CISV [4.4] .. 398

Em notas a artigos da Contribuição sobre o Sector Bancário [4.8]

Portaria n° 121/2011, de 30 de Março – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Sector Bancário – Nota aos arts. 5° e 8° [4.8] 433

Em notas a artigos do EBF [5.1]

Tabela de correspondência dos artigos antigos para os artigos novos do EBF (renumerados pelo DL n° 108/2008, de 26/06) – Nota ao índice do EBF [5.1] 436

Normas transitórias que isentam de IRS ou de IRC os juros de empréstimos externos (*Schuldscheindarlehen*), como uma das medidas excepcionais de apoio ao financiamento da economia – Nota ao art. 28° do EBF [5.1] 445

Normas transitórias que isentam de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte, como uma das medidas excepcionais de apoio ao financiamento da economia – Nota ao art. 30° do EBF [5.1] 445

Portaria n° 360/2002, de 5 de Abril - Critérios de atribuição de fundos a título de dotação de capital, imputação de custos e outros procedimentos a adoptar pelas instituições de crédito e sociedades financeiras que não exerçam em exclusivo a sua actividade nas zonas francas da Madeira e ilha de Santa Maria – Nota ao art. 33° do EBF [5.1] 448

Lei n° 53-A/2006, de 29 Dezembro - Art. 41° - Isenção de contribuições para a segurança social nas áreas com regime de interioridade – Nota ao art. 43° do EBF [5.1] 452

Portaria n° 1255/2009, de 14 de Outubro - Regula a tramitação por via electrónica do parecer nos termos do art. 60°, n°s 8 e 10, do EBF – Nota ao art. 60° do EBF [5.1] 457

Portaria n° 1254/2009, de 14 de Outubro - Regulamenta o envio, por via electrónica, do requerimento de isenção de impostos, emolumentos e outros encargos legais, nos termos do art. 60°, n°s 6 e 11, do EBF – Nota ao art. 60° do EBF [5.1] 458

Lei n° 67-A/2007, de 31 de Dezembro:
Art. 79° - Plano nacional de leitura
Art. 80° - Comemorações do centenário da República
– Notas ao art. 61° do EBF [5.1]..... 458/459

Normas transitórias que estabelecem limites de donativos – Nota ao art. 62° do EBF [5.1] 460

Em notas ao Estatuto do Mecenato Científico [5.2]

Despacho n° 1 593/2005, publicado em 24 de Janeiro - Entidade responsável pelo processo de acreditação – certificado Ciência 2010 – Nota ao art. 5° do Estatuto do Mecenato Científico [5.2] 466

Em notas à legislação da R. A. Açores [6.1]

Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS com redução e fórmula de cálculo para as restantes taxas de retenção na fonte e de tributação autónoma de IRS
 – Notas ao art. 4º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.1] 482

Taxas gerais de IRC com redução e fórmula de cálculo para as restantes taxas de IRC
 – Notas ao art. 5º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.1] 482

Normas que determinam os sectores estratégicos da economia onde os lucros reinvestidos beneficiam de deduções à colecta de IRC e IRS
 – Nota ao art. 6º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.1] 483

Normas que fixam os valores dos projectos de investimento relevantes para a concessão de benefícios fiscais e regime contratual
 – Nota ao art. 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.1] 483

Em notas à legislação da R. A. Madeira [6.2]

Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes na R.A. da Madeira
 – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 3/2001/M [6.2.1] 485

Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 Janeiro – Art. 16º, nºs 1 e 2 – Mantém em vigor e altera a derrama regional
 – Nota aos arts. 3º e 4º do D. Leg. Regional nº 14/2010/M [6.2.2] 487

Lei Orgânica nº 1/2007, de 19 de Fevereiro
 – Art. 20º - Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas
 – Nota ao art. 5º do D. Leg. Regional nº 14/2010/M [6.2.2] 487

Portaria nº 77/2011, de 7 de Julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Sector Bancário, para vigorar na R.A. Madeira
 – Nota aos arts. 21º e 24º do D. Leg. Regional nº 2/2011/M [6.2.3] 489

Decreto Legislativo Regional nº 21/2011/M, de 26 de Dezembro – Adaptação orgânica e funcional do DL nº 287/2003, de 12/11, à R.A. da Madeira (*diploma que aprovou o CIMI*)
 – Nota ao art. 7º do D. Leg. Regional nº 27/2008/M [6.2.6] 500

Em notas à Lei das Finanças Locais [6.3]

Lei nº 64-B/2011, de 30 Dezembro – Art. 212º – Norma interpretativa
 – Nota ao art. 19º da Lei das Finanças Locais [6.3] 505

Normas transitórias relativas à participação municipal no IRS
 – Nota ao art. 20º da Lei das Finanças Locais [6.3] 505

Participação variável no IRS – Fórmula de cálculo da dedução à colecta
 – Nota ao art. 20º da Lei das Finanças Locais [6.3] 506

**Em notas a outros diplomas da
Legislação Complementar [7]**

Decreto-Lei nº 19/97, de 21 de Janeiro – Altera o DL nº 463/79 e prevê a sua regulamentação (*número de identificação fiscal*)
 – Nota ao DL nº 463/79, de 30/11 [7]..... 513

Lei nº 7/2007, de 5 de Fevereiro – Arts. 2º e 3º - Cartão de cidadão
 – Nota ao DL nº 463/79, de 30/11 [7]..... 513

Despacho nº 4130/2010, publicado em 9 de Março – Não emissão ou renovação do cartão de contribuinte às pessoas abrangidas pelo regime do cartão de cidadão
 – Nota ao DL nº 463/79, de 30/11 [7] 514

Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Art. 127º – Regime de liquidação do IVA nas transmissões de combustíveis gasosos (*revogado e substituído pelo regime normal*)
 – Nota ao art. 32º da Lei nº 9/86, de 30/05 [7] 518

Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 Novembro – Microprodução de electricidade:
 Art. 12º, nº 4 – Facturação
 Art. 12º, nº 5 – Regime especial do IVA
 Art. 12º, nº 6 – Exclusão de tributação em IRS
 – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 522

Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de Março – Miniprodução de electricidade:
 Art. 14º, nº 3 – Facturação
 Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA
 – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 522

Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Art. 130º, nº 2 – Revogação de benefícios fiscais (*norma transitória do direito à restituição do IVA para determinadas entidades*)
 – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 539

Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Art. 179º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (*norma transitória do direito à restituição do IVA*)
 – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 539

Portaria nº 1370/2007, de 19 de Outubro – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de facturação para suportes electrónicos não regráveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respectivos arquivos em papel
 – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 198/90, de 19/06 [7]..... 545

Despacho nº 4 743-A/2008, publicado em 21 de Fevereiro - Aprova os modelos de formulários para aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial de retenção na fonte ou ao seu reembolso (IRS e IRC)
 – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal, junta ao DL nº 42/91, de 22/01 [7]..... 560

Despacho nº 22 600/2009, publicado em 14 de Outubro – Procedimentos de certificação de residência fiscal na impossibilidade de certificação nos mod. 21-RFI a 24-RFI
 – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal, junto ao DL nº 42/91, de 22/01 [7] 560

Normas transitórias que estabelecem que o regime de incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil aplica-se igualmente aos processos aprovados pelo IPMAEI no âmbito do SIRME
 – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 570

Decreto-Lei nº 324/2003, de 27 de Dezembro – Art. 4º, nºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT)
 – Nota ao RCPT aprovado pelo DL nº 29/98, de 11/02 [7] 573

Portaria nº 923/99, de 20 de Outubro – Montantes devidos pela realização de inspecção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro
 – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7]..... 576

Portaria nº 1 423-I/2003, de 31 de Dezembro – Regulamento do documento único de cobrança – DUC
 – Nota ao art. 12º, nº 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7]..... 582

Portaria nº 796/99, de 15 Setembro – Cheques visados – uso obrigatório
 – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7]..... 583

Decreto-Lei nº 273/2007, de 30 de Julho – Arts. 7º e 8º - Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP
 – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, DL nº 191/99, de 5/07 [7]... 583

Lei nº 72/2009, de 6 de Agosto – Regime transitório de majoração do incentivo fiscal à destruição de automóveis em fim de vida
 – Nota ao DL nº 292-A/2000, de 15/11 [7]..... 589

Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril – Art. 167º
 Decreto-Lei nº 39/2010, de 26 de Abril – Arts. 3º e 38º a 41º
 Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Art. 139º
 Incentivos à aquisição de veículos eléctricos e à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida e sua revogação
 – Nota ao DL nº 292-A/2000, de 15/11 [7] 589

Portaria nº 80/2003, de 22 de Janeiro – Procedimentos que devem ser observados pelas pessoas colectivas de utilidade pública e IPSS que queiram beneficiar da consignação de parte do IRS liquidado – Nota ao art. 32º, nº 6, da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7]	590	Portaria nº 1192/2009, de 8 de Outubro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária (SAF-T-PT) aplicável a partir de 01/01/2010 – Nota à Portaria nº 321-A/2007, de 26/03 [7]	639
Portaria nº 362/2004, de 8 de Abril – Procedimentos que devem ser observados pelas pessoas colectivas religiosas inscritas no RPCR que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação de uma parte do IRS liquidado – Nota ao art. 32º, nºs 3 a 5, da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7]	590	Despacho nº 11 873/2009, publicado em 18 de Maio – Esclarecimentos sobre o DL nº 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22º deste DL e ao Despacho nº 14 592/2008 (<i>comunicação de esquemas de planeamento fiscal</i>) [7]	646
Portaria nº 1 453/2002, de 11 de Novembro – Descrição objectiva dos casos previstos e meios de prova para reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 4º, nº 8, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7].....	603	Portaria nº 1117/2009, de 30 Setembro – Áreas territoriais beneficiárias dos incentivos à interioridade para os anos de 2009 e subsequentes – Nota ao art. 6º, nº 2, do DL nº 55/2008, de 26/03 [7]	652
Portaria nº 1 452/2002, de 11 de Novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7].....	604	Portaria nº 170/2002, de 28 de Fevereiro – Regras necessárias ao integral respeito pela decisão da Comissão Europeia relativamente aos incentivos à interioridade – Nota ao art. 8º do DL nº 55/2008, de 26/03 [7].....	654
Portaria nº 160/2004, de 14 Fevereiro – Comissão interministerial – Nota ao DL nº 296/2003, de 21/11 [7].....	614	Portaria nº 184/2009, de 20 de Fevereiro – Valor limite dos auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1998/2006 da Comissão, de 15/12, relativo aos auxílios <i>de minimis</i> de 01/01/2009 a 31/12/2010 – Nota ao art. 8º, nº 2, do DL nº 55/2008, 26/03 [7]	654
Portaria nº 563-A/2005, de 28 de Junho – Aprovação dos modelos de declarações e certificados para cumprimento das obrigações da Directiva da Poupança e dos Acordos celebrados – Nota ao art. 13º do DL nº 62/2005, de 11/03 [7].....	624	Portaria nº 70/2011, de 9 de Fevereiro – Limites de auxílios <i>de minimis</i> de 01/01/2011 a 31/12/2013 – Nota ao art. 8º, nº 2, do DL nº 55/2008, de 26/03 [7]	655
Lista dos Estados membros da União Europeia, territórios dependentes ou associados e países terceiros que, em aplicação da Directiva da Poupança e dos Acordos celebrados, efectuem troca automática de informação ou o sistema de retenção na fonte especial – Nota aos arts. 10º e 15º do DL nº 62/2005, de 11/03 [7] – Quadro resumo	625	Normas transitórias que prorrogam a vigência do Regime especial de apoio ao investimento (RFAI 2009) – Nota ao art. 13º da Lei nº 10/2009, de 10/03 [7]	663
Normas transitórias que isentam de IRS e de IRC os rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes – Nota ao art. 5º do Regime, DL nº 193/2005, de 07/11 [7]	628	Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março – Art. 14º – Transposição da Directiva nº 2010/66/UE – Nota ao art. 8º, nº 5, do Regime, DL nº 186/2009, de 12/08 [7]	670
Despacho nº 4 980/2006, publicado em 3 de Março – Aprovação dos modelos de formulários e certificados destinados a pedido de reembolso e à comprovação de isenção ou dispensa de retenção na fonte sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22º do Regime, DL nº 193/2005, de 7/11 [7]	631	Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro (<i>Revogado</i>) - Arts. 2º, nºs 5 e 6, e 17º, nº 4 (<i>reintegrações e amortizações</i>) – Nota ao art. 22º, alínea f), do D. Regul. nº 25/2009, de 14/09 [7]	676
Portaria nº 499/2007, de 30 de Abril – Normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão electrónica de dados – Nota ao art. 4º, nº 1, do DL nº 8/2007, de 17/01 [7].....	634	Tabela de correspondência dos artigos antigos para os artigos novos da Portaria nº 363/2010, de 23/06, e produção de efeitos (<i>renumerados pela Portaria nº 22-A/2012, de 24/01</i>) – Notas ao índice da Portaria nº 363/2010, de 23/06 [7]	684
Despacho 14/2011-XIX, do SEAF, de 18 de Julho – Prorrogação do prazo de entrega da IES/DA, do período de 2010 – Nota ao art. 5º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7]	635	Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Art. 164º – Disposição transitória no âmbito do SIFIDE II – Nota ao art. 6º do SIFIDE II aprovado pelo art. 133º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [7]	692

ÍNDICE CRONOLÓGICO (*)

1976	Página	1988	Página
Constituição da República Portuguesa (CRP) – Artigos relacionados com o sistema fiscal [1.1].....	22	Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de Abril – Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efectuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efectuadas por revendedores directos; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia eléctrica efectuada pelos produtores [7].....	522
Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro – Art. 15º - Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60% - Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (<i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i>) [4.4] ...	395	Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) [2.1].....	147
1979		Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) [2.2].....	199
Decreto-Lei nº 463/79, de 30 de Novembro - Número de identificação fiscal (NIF) das pessoas singulares, pessoas colectivas e entidades equiparadas [7].....	513	Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de Dezembro – Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC [7].....	523
1984		1989	
Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro – do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) [3.1].....	255	Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de Janeiro – Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens [7].....	529
1985		Decreto-Lei nº 212/89, de 30 de Junho - Arts. 5º e 6º - Unidade de conta processual (<i>Revogados</i>) – Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10 (<i>diploma que aprova o CPPT</i>) [1.3].....	56
Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de Julho – Regime especial do IVA nas agências de viagem e organizadores de circuitos turísticos [7].....	516	Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho – Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) [5.1].....	435
Lei nº 21/85, de 30 de Julho - Art. 17º nº 1 i) – Dedução específica da cat. A do IRS de juizes relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional - Nota ao art. 25º do CIRS [2.1].....	169	Portaria nº 521/89, de 8 de Julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1].....	264
Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de Agosto – Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados [7].....	517	Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de Dezembro – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7].....	428
Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de Agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1].....	275	1990	
Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de Dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20, CIVA [3.1].....	270	Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro (<i>Revogado</i>) - Arts. 2º, nºs 5 e 6, e 17º, nº 4 (<i>reintegrações e amortizações</i>) - Nota ao art. 22º, alínea f), do D. Regul. nº 25/2009, de 14/09 [7].....	676
1986		Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de Janeiro – Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas, instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e cooperativas de solidariedade social [7].....	538
Lei nº 9/86, de 30 de Abril – Art. 32º (<i>Revogado</i>) – Regime especial do IVA nas transmissões de combustíveis gasosos (<i>Gás em botija e outros</i>) [7].....	518	Portaria nº 118/90, de 15 de Fevereiro - Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais (<i>regulamentação do nº 6 do art. 123º do CIRC</i>) [7]..	540
Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de Junho, e Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de Julho – Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais (<i>Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i>) [7].....	519/520	Decreto-Lei nº 113/90, de 5 de Abril – Isenção/restituição do IVA às forças armadas, forças e serviços de segurança e associações e corporações de bombeiros [7].....	541
Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de Junho – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1].....	270	Decreto-Lei nº 127/90, de 17 de Abril – Assistência mútua das autoridades competentes dos Estados membros no domínio dos impostos directos e dos impostos sobre os prémios de seguro [7] ...	542
Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de Dezembro - Isenção de IVA e IEC(s) na importação de mercadorias em pequenas remessas expedidas sem carácter comercial, de países terceiros, por um particular com destino a outro particular [7].....	521	Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de Junho – Artigo 5º – Sistemas de facturação e arquivo de informação [7].....	544
1987		– Artigo 6º – Isenção de IVA nas vendas efectuadas a exportadores nacionais (<i>Trading</i>) [7].....	545
Decreto-Lei nº 295/87, de 31 de Julho – Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal [7].....	521		

(*) *Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.*

Lei nº 21/90, de 4 de Agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2].....	371	Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de Dezembro – Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) [1.5].....	116
1991		1999	
Decreto-Lei nº 42/91, de 22 de Janeiro – Regime das retenções na fonte de IRS [7]	547	Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de Janeiro – Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro [7].....	575
Lei nº 36/91, de 27 de Julho – Art. 3º - Isenção do imposto automóvel (actual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado - Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (<i>diploma que aprova o CISV e o CIUUC</i>) [4.4]	395	Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, de 20 de Janeiro – Adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores (<i>Redução de taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à colecta e benefícios fiscais</i>) [6.1].....	481
1992		Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de Março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LGT [1.2].....	36
Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro – Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias (RITI) [3.2].....	298	Portaria nº 185/99, de 20 de Março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1].....	294
1993		Lei nº 22/99, de 21 de Abril – Arts. 3º e 9º - Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos actos eleitorais ou referendários (<i>Isenção de IRS e de outros tributos</i>) [7].....	577
Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de Agosto – Art. 61º – Isenção de IMT (<i>time-sharing</i>) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2]	367	Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de Abril – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3]	62
1995		Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de Junho – Regime da tesouraria do Estado [7].....	577
Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de Março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo [4.6.1].....	417	Decreto Legislativo Regional nº 18/99/M, de 28 de Junho – Adaptação dos benefícios fiscais em regime contratual à R.A. Madeira [6.2.4].....	490
Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de Março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 [4.6.2]	421	Portaria nº 640/99, de 12 de Agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LGT [1.2].....	49
Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de Setembro – Regulamentação geral da cobrança e dos reembolsos do IVA [7].....	561	Lei nº 143/99, de 31 de Agosto – Art. 4º nº 1 – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional - Nota ao art. 25º do CIRS [2.1].....	169
1996		Lei nº 150/99, de 11 de Setembro – Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo) [4.3].....	376
Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de Outubro – Regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objectos de arte, de colecção e antiguidades [7].....	564	Lei nº 151/99, de 14 de Setembro – Pessoas colectivas de utilidade pública (<i>Isenções</i>) [7]	583
1997		Portaria nº 796/99, de 15 de Setembro - Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7].....	583
Decreto-Lei nº 19/97, de 21 de Janeiro – Altera o DL nº 463/79 e prevê a sua regulamentação – Nota ao DL nº 463/79, de 30/11 [7]	513	Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de Setembro – Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento [7]	584
Decreto-Lei nº 204/97, de 9 de Agosto – Regime especial de exigibilidade do IVA nas empreitadas e subempreitadas de obras públicas [7].....	567	Portaria nº 923/99, de 20 de Outubro - Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7]	576
Lei nº 103/97, de 13 de Setembro – Regime fiscal específico das sociedades desportivas [7].....	569	Decreto-Lei nº 418/99, de 21 de Outubro – Regime especial de exigibilidade do IVA nas entregas de bens às cooperativas agrícolas [7].....	586
1998		Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de Outubro – Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) [1.3]	51
Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de Janeiro – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil (<i>Regime excepcional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI</i>) [7].....	570	Decreto-Lei nº 566/99, de 22 de Dezembro (<i>Revogado</i>) - CIEC, capítulo III, arts. 32º a 36º (<i>em vigor até 31/12/2010</i>) – Nota ao art. 7º do DL nº 73/2010, de 21/06 [3.3].....	312
Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de Fevereiro – Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos [7].....	571	2000	
Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de Março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos [4.6.3].....	424	Portaria nº 543/2000, de 4 de Agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1]	169
Lei nº 85/98, de 16 de Dezembro – Estatuto Fiscal Cooperativo [5.3] (<i>Revogado</i>)	468		
Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro – Lei Geral Tributária (LGT) [1.2].....	29		

Decreto-Lei nº 292-A/2000, de 15 de Novembro – Incentivo fiscal à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida (*Crédito de IA – actual ISV*) [7]..... 587

Portaria nº 1 158/2000, de 7 de Dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, CIVA [3.1] 264

2001

Portaria nº 78/2001, de 8 de Fevereiro - Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria colectável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2]..... 49

Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de Fevereiro – Taxa geral de IRC na R.A. da Madeira [6.2.2] 486

Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de Fevereiro – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira [6.2.1]..... 484

Lei nº 6/2001, de 11 de Maio – Medidas de protecção das pessoas que vivam em economia comum – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]..... 164

Lei nº 7/2001, de 11 de Maio – Medidas de protecção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]..... 164

Lei nº 15/2001, de 5 de Junho – Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT) [1.4]..... 95

Lei nº 16/2001, de 22 de Junho – Lei da liberdade religiosa (*Normas fiscais*) [7]..... 590

Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto – Regime fiscal das operações de titularização de créditos [7] 592

Portaria nº 1 011/2001, de 21 de Agosto – Tabela de actividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1]..... 198

Portaria nº 1 041/2001, de 28 de Agosto - Limites para viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º do CIRS [2.1] 171

Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de Dezembro – Preços de transferência (*Regulamentação do art. 58º, nº 13, CIRC*) [7]..... 594

2002

Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) [1.7] 132

Portaria nº 170/2002, de 28 de Fevereiro - Regras necessárias ao integral respeito pela decisão da Comissão Europeia relativamente aos incentivos à interioridade – Nota ao art. 8º do DL nº 55/2008, de 26/03 [7]..... 654

Portaria nº 184/2002, de 4 de Março – Taxa de referência para juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 45º, nº 1, alínea j), do CIRC [2.2]..... 221

Portaria nº 352/2002, de 3 de Abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3] 90

Portaria nº 360/2002, de 5 de Abril – Critérios de atribuição de fundos a título de dotação de capital, imputação de custos e outros procedimentos a adoptar pelas instituições de crédito e sociedades financeiras que não exerçam em exclusivo a sua actividade nas zonas francas da Madeira e ilha de Santa Maria – Nota ao art. 33º do EBF [5.1]..... 448

Portaria nº 493/2002, de 27 de Abril - Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3]..... 84

Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de Julho - Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (*Dedução à colecta de IRS prevista no art. 21º do EBF*) [7]..... 600

Portaria nº 1 452/2002, de 11 de Novembro - Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7]..... 604

Portaria nº 1 453/2002, de 11 de Novembro - Descrição objectiva dos casos previstos e respectivos meios de prova para o reembolso dos PPR/E - Nota ao art. 4º, nº 8, DL nº 158/2002, de 2/07 [7]..... 603

2003

Portaria nº 80/2003, de 22 de Janeiro – Procedimentos que devem ser observados pelas pessoas colectivas de utilidade pública e IPSS que queiram beneficiar da consignação de uma parte do IRS liquidado – Nota ao art. 32º, nº 6, da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] 590

Portaria nº 291/2003, de 8 de Abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35º da LGT [1.2]..... 35

Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de Abril - Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] 102

Portaria nº 375/2003, de 10 de Maio - Envio por transmissão electrónica de dados da declaração periódica de IVA - Nota ao art. 29º do CIVA [3.1]..... 281

Portaria nº 383/2003, de 14 de Maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1] 168

Lei nº 19/2003, de 20 de Junho – Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (*Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal*) [7] 604

Decreto-Lei nº 130/2003, de 28 de Junho – Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços por via electrónica a não sujeitos passivos nela residentes [7] 606

Decreto-Lei nº 147/2003, de 11 de Julho – Regime de bens em circulação e documentos de transporte (*Nas operações realizadas por sujeitos passivos de IVA*) [7] 608

Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro
– Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) [4.1]..... 335
– Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) [4.2] 364

Decreto-Lei nº 296/2003, de 21 de Novembro – Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a certas quotizações, direitos, impostos e outras medidas (*Transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva 2001/44/CE do Conselho, que alterou a 76/308/CEE, e da Directiva 2002/94/CE da Comissão*) [7]..... 613

Portaria nº 1 337/2003, de 5 de Dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar para a actualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16º, nº 2, do DL nº 287/2003, de 12/11, aprova o CIMI [4.1]..... 341

Decreto-Lei nº 324/2003, de 27 de Dezembro – Art. 4º, nºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) - Nota ao RCPT aprovado pelo DL nº 29/98, de 11/02 [7] 573

Portaria nº 1 423-I/2003, de 31 de Dezembro – Regulamento do documento único de cobrança (DUC) – Nota ao art. 12º, nº 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] 582

2004

Portaria nº 150/2004, de 13 de Fevereiro – Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (*Paraisos fiscais*) 618

Portaria nº 160/2004, de 14 de Fevereiro – Comissão interministerial – Nota ao DL nº 296/2003, de 21/11 [7]..... 614

Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de Março – Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (*CIRE, Título III – Benefícios emolumentares e fiscais*) [7] 619

Portaria nº 362/2004, de 8 de Abril – Procedimentos que devem ser observados pelas pessoas colectivas religiosas inscritas no RPCR que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação de uma parte do IRS liquidado – Nota ao art. 32º, nºs. 3 a 5, da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7]..... 590

Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004, aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 74/2004, publicada em 16 de Novembro (*Normas fiscais*) [7]..... 620

Lei nº 26/2004, de 8 de Julho – Estatuto do Mecenato Científico [5.2] (*Revogado*) 465

Portaria nº 982/2004, de 4 de Agosto – Avaliação de prédios urbanos – Zonamento, coeficientes, custo médio de construção e directrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excepcional e do estado deficiente de conservação – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 354

2005

Portaria nº 99/2005, de 17 de Janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2005 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo 354

Despacho nº 1 593/2005, publicado em 24 de Janeiro Entidade responsável pelo processo de acreditação – Certificado Ciência 2010 – Nota ao art. 5º, nº 2, do Estatuto do Mecenato Científico [5.2].... 466

Decreto-Lei nº 62/2005, de 11 de Março – Tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros (*Transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva 2003/48/CE*) [7]..... 621

Portaria nº 563-A/2005, de 28 de Junho – Aprovação dos modelos de declarações e certificados para cumprimento das obrigações da Directiva da Poupança e dos Acordos celebrados – Nota ao art. 13º do DL nº 62/2005, de 11/03 [7] 624

Despacho nº 14 839/2005, publicado em de 7 de Julho Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1]..... 290

Lei nº 40/2005, de 3 de Agosto – Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE) [7] 626

Decreto-Lei nº 193/2005, de 7 de Novembro – Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida [7] 627

Despacho nº 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de Dezembro Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23º do DL nº 287/2003, de 12/11, que aprova o CIMI [4.1] 342

Despacho nº 1 702/2005-XVII, do SEAF, de 22 de Dezembro IVA-Alargamento da obrigatoriedade de emissão de facturas – Nota ao artigo 40º do CIVA [3.1]..... 283

Portaria nº 1 339/2005, de 30 de Dezembro – Envio por transmissão electrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal (*Obrigatoriedade a partir de 1/01/2006*) [7] 631

Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro – Art. 55º, nº 3 – Norma transitória no âmbito do EBF – Nota ao art. 21º do EBF [5.1] 441

– Art. 57º, nº 2 – Disposições transitórias no âmbito da LGT – Nota ao art. 45º da LGT [1.2] 38

– Art. 58º, nº 2 – Disposições transitórias no âmbito do CPPT – Nota ao art. 70º do CPPT [1.3] 66

2006

Portaria nº 90/2006, de 27 de Janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2006 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo ... 354

Despacho nº 4 980/2006, publicado em 3 de Março Aprovação dos modelos de formulários e certificados – Nota ao art. 22º do Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida aprovado pelo DL nº 193/2005, de 7/11 [7] 631

Despacho nº 6 428/2006, publicado em 21 de Março Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º do CIVA [3.1]..... 274

Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 de Agosto - Conceito fiscal de prédio devoluto – Nota ao art. 112º do CIMI [4.1] 360

Despacho nº 26 026/2006, publicado em 22 de Dezembro Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] 294

Portaria nº 1433-C/2006, de 29 de Dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2007 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo... 354

Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro

– Arts. 5º e 84º - Regime fiscal específico na transferência de património edificado do IGFSS e do IGAPHE [7] 632

– Art. 41º - Isenção de contribuições para a segurança social nas áreas com regime de interioridade – Nota ao art. 43º EBF [5.1]..... 452

– Art. 88º – Disposições transitórias dos benefícios fiscais – Notas aos arts. 3º, 43º, 49º e 61º do EBF [5.1]..... 438/452/455/458 e Nota ao art. 17º do Estatuto Fiscal Cooperativo [5.3]..... 470

– Art. 91º – Disposições transitórias no âmbito da LGT – Nota ao art. 49º da LGT [1.2] 38

– Art. 100º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 570

– Art. 101º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISelo [4.3] . 382

– Art. 161º, nºs 1 e 2 – Rendimentos auferidos por sujeitos passivos com deficiência – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1] 162/163

2007

Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais (*Artigos relacionados com o sistema fiscal*) [6.3]..... 503

Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de Janeiro – Informação Empresarial Simplificada (IES) [7]..... 633

Decreto-Lei nº 21/2007, de 29 de Janeiro - Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (*Regulamentação dos nºs 4 a 6 do art. 12º do CIVA*) [7]..... 636

Lei nº 7/2007, de 5 de Fevereiro - Arts 2º e 3º - Cartão de cidadão – Nota ao DL nº 463/79, de 30/11 [7] 513

Lei Orgânica nº 1/2007, de 19 de Fevereiro – Art. 20º - Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas - Nota ao art. 5º do D. Leg. Regional nº 14/2010/M, de 5/08 [6.2.2] 487

Portaria nº 321-A/2007, de 26 de Março - Ficheiro modelo de auditoria tributária – SAF-T-PT (*Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC*) [7] .. 639

Portaria nº 499/2007, de 30 de Abril - Normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão electrónica de dados – Nota ao art. 4º, nº 1, do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 634

Decreto-Lei nº 196/2007, de 15 de Maio - Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das facturas ou documentos equivalentes emitidos por via electrónica, nos termos do CIVA [7] 640

Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho	
- Código do Imposto sobre Veículos (CISV) [4.4]	393
- Código do Imposto Único de Circulação (CIUC) [4.5]	410
Decreto-Lei nº 273/2007, de 30 de Julho – Arts. 7º e 8º	
– Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/07 [7]	583
Decreto Regulamentar Regional nº 6/2007/M, de 22 de Agosto	
Regulamentação dos benefícios fiscais em regime contratual na R. A. da Madeira [6.2.4]	491
Portaria nº 1 370/2007, de 19 de Outubro - Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de facturação para suportes electrónicos não regraváveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respectivos arquivos em papel – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 198/90, de 19/06 [7].....	545
Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 de Novembro – Microprodução de electricidade:	
Art. 12º, nº 4 – Facturação	
Art. 12º, nº 5 – Regime especial do IVA	
Art. 12º, nº 6 – Exclusão de tributação em IRS	
Nota aos arts. 3º nº 4 do CIRS [2.1], 36º nº 11 do CIVA [3.1] e 10.º do DL nº 122/88, de 20/04 [7]	157/283/522
Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de Novembro – Art. 2º do Anexo – Efectivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas – Micro, pequenas e médias empresas (PME)	
– Nota (4) (*) ao art. 45º do CIRC [2.2]	173
Portaria nº 1 434/2007, de 6 de Novembro - Directrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excepcional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos de aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do artigo 43º do CIMI - Nota ao art. 62º do CIMI [4.1]	354
Decreto-Lei nº 397/2007, de 31 de Dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG), para o ano de 2008 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163
Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro	
- Arts. 79º e 80º - Plano nacional de leitura e Comemorações do centenário da República – Nota ao art. 61º do EBF [5.1].....	458/459
- Arts. 81º e 82º - Remuneração convencional do capital social e Regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana [7].....	642
– Art. 93º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7]	570
– Art. 94º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISelo [4.3] ...	382
2008	
Portarias nºs 9/2008, de 3 de Janeiro, e 103/2008, de 4 de Fevereiro – Indexante de apoios sociais (IAS) e pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2008 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163/164
Portaria nº 16-A/2008, de 9 de Janeiro – Valor médio de construção, para o ano de 2008 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .	354
Portaria nº 30-A/2008, de 10 de Janeiro – Subsídio de refeição diário, ajudas de custo diárias e subsídio de transporte em automóvel próprio (limites legais para o ano de 2008) – Nota ao art. 2º, nº 3 b) 2) e d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo	157
Despacho nº 4 743-A/2008, publicado em 21 de Fevereiro – Aprova os modelos de formulários para comprovação dos pressupostos de que depende a aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial de retenção na fonte ou ao seu reembolso (IRS e IRC) – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal, junta ao DL nº 42/91, de 22/01 [7].....	560
Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 Fevereiro – Planeamento fiscal abusivo [7].	643
Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de Fevereiro – Regulamento das Custas Processuais (RCP), Art. 5º - Unidade de conta processual – Nota ao art. 5º do CPPT [1.3].....	56
Decreto-Lei nº 41/2008, de 10 de Março - Art. 66º - Deduções no IRS dos descontos dos pensionistas para os subsistemas de saúde da Administração Pública – Nota ao art. 53º, nº 4, do CIRS [2.1].....	175
Decreto-Lei nº 55/2008, de 26 de Março – Normas regulamentares necessárias à boa execução dos incentivos à interioridade (<i>Regulamentação do art. 43º, nº 7, do EBF</i>) [7].....	651
Despacho nº 243/2008-XVII, do SEAF, de 18 de Abril – Exclusão da incidência de IRS de todas as prestações qualificadas como indemnizações devidas em consequência de lesão corporal, doença ou morte – Nota ao art. 12º, nº 1, do CIRS [2.1]	162
Portaria nº 362/2008, de 13 de Maio – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2008 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] – Quadro resumo	222
Despacho nº 14 592/2008, publicado em 27 de Maio - Orientações interpretativas em matéria de revelação de esquemas de planeamento fiscal para prevenção e combate a actuações abusivas e evasivas – Junto ao DL nº 29/2008, de 25/02 [7]	646
Portaria nº 497/2008, de 24 de Junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1]	264
Decreto Legislativo Regional nº 27/2008/M, de 3 de Julho - Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à Região Autónoma da Madeira [6.2.6].....	498
Portaria nº 620-A/2008, de 16 de Julho - Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (<i>Regulamentação do nº 9 do art. 128º-A, actual 138º, do CIRC</i>) [7].....	656
Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto – Art. 7º - Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4].....	102
Lei nº 52/2008, de 28 de Agosto – Art. 31º - Alçadas – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6]	134
Lei nº 64/2008, de 5 de Dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88º do CIRC [2.2].....	239
Decreto-Lei nº 246/2008, de 18 de Dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2009 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163
Portaria nº 1514/2008, de 24 Dezembro – Indexante de apoios sociais (IAS) e pensão mínima do regime geral (PMRG), para o ano de 2009 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163/164
Portaria nº 1545/2008, de 31 de Dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2009 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..	354
Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de Dezembro – Subsídio de refeição diário (2009 a 2012), ajudas de custo diárias e subsídio de transporte em automóvel próprio (limites legais para os anos de 2009 e 2010) – Nota ao art. 2º, nº 3 b) 2) e d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo	157
Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro	
– Art. 69º, nºs 1 e 2 – Disposições transitórias no âmbito do IRS	
Nota ao art. 12º do CIRS [2.1]	162/163
– Art. 72º – Suspensão do regime simplificado em IRC (2009)	
Nota ao art. 58º do CIRC [2.2]	227
– Art. 100º – Norma transitória relativa ao EBF	
Nota ao art. 62º do EBF [5.1]	460

– Arts. 102º a 105º – Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) [7].....	660	Portaria nº 1119/2009, de 30 de Setembro - Actualiza o zonamento com a introdução de zonas homogéneas do zonamento e delimitação de alguns coeficientes de localização – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] ..	354
– Art. 110º, nºs 1 e 2 - Normas transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 68º da LGT [1.2]	44	Portaria nº 1117/2009, de 30 de Setembro – Áreas territoriais beneficiárias dos incentivos à interioridade para os anos de 2009 e subsequentes - Nota ao art. 6º, nº 2, do DL nº 55/2008, de 26/03 [7] ..	652
– Art. 116º – Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros [7]	662	Portaria nº 1192/2009, de 8 de Outubro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária (SAF-T-PT) aplicável a partir de 01/01/2010 - Nota à Portaria nº 321-A/2007, de 26/03 [7] ...	639
– Art. 119º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7]	570	Portaria nº 1254/2009, de 14 de Outubro - Regulamenta o envio, por via electrónica, do requerimento de isenção de impostos, emolumentos e outros encargos legais, nos termos do art. 60º, nºs 6 e 11, do EBF - Nota ao art. 60º do EBF [5.1]	458
– Art. 120º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISElo [4.3] ...	382	Portaria nº 1255/2009, de 14 de Outubro - Regula a tramitação por via electrónica do parecer e nos termos do art. 60º, nºs 8 e 10, do EBF - Nota ao art. 60º do EBF [5.1]	457
2009			
Decreto Legislativo Regional nº 2/2009/MI, de 22 de Janeiro – Regime de incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira [6.2.5].....	495	Despacho nº 22600/2009, publicado em 14 de Outubro – Procedimentos de certificação de residência fiscal na impossibilidade de certificação nos mod. 21-RFI a 24-RFI - Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal, junto ao DL nº 42/91, de 22/01 [7]	560
Despacho nº 4727/2009, publicado em 9 de Fevereiro – Aprova os modelos de formulários destinados à aplicação da Directiva nº 2003/49/CE, do Conselho, de 3 de Junho (<i>Directiva juro e royalties</i>) – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2].....	243	Decreto-Lei nº 323/2009, de 24 de Dezembro – Art. 3º – Indexante de apoios sociais (IAS) para o ano de 2010 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163
Portaria nº 184/2009, de 20 de Fevereiro – Valor limite dos auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1998/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios <i>de minimis</i> de 01/01/2009 a 31/12/2010 – Nota ao art. 8º, nº 2, do DL nº 55/2008, 26/03 [7]	654	Portaria nº 1452/2009, de 29 de Dezembro - Códigos CAE correspondentes às actividades económicas beneficiárias dos incentivos ao investimento produtivo e à internacionalização [5.4]	479
Lei nº 10/2009, de 10 de Março – Art. 13º – Regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (RFAI 2009 – Prorrogado até 31/12/2012) [7].....	663	Portaria nº 1456/2009, de 30 de Dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2010 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .	354
Decreto-Lei nº 69-A/2009, de 24 de Março – Participação municipal no IRS – Nota ao art. 20º da Lei das Finanças Locais [6.3]	505/506	Portaria nº 1458/2009, de 31 de Dezembro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2010 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	164
Lei nº 15/2009, de 1 de Abril – Regime especial de exigibilidade do IVA dos serviços de transporte rodoviário nacional de mercadorias [7]	666	2010	
Despacho nº 11 873/2009, publicado em 18 de Maio – Esclarecimentos sobre o DL nº 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22º deste DL e ao Despacho nº 14 592/2008 (<i>comunicação de esquemas de planeamento fiscal</i>) [7].....	646	Portaria nº 12/2010, de 7 de Janeiro - Tabela de actividades de elevado valor acrescentado para efeitos do nº 6 do art. 72º e nº 4 do art. 81º do CIRS (<i>regime fiscal do residente não habitual</i>) - Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	180
Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho – Art. 9º - Pequenas entidades – Nota ao art. 58º do CIRC [2.2]	227	Decreto-Lei nº 5/2010, de 15 de Janeiro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2010 - Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163
Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de Julho – Alteração e republicação do CIRC, adaptando-o à normalização contabilística [2.2].....	199	Despacho nº 4130/2010, publicado em 9 de Março – Não emissão ou renovação do cartão de contribuinte às pessoas abrangidas pelo regime do cartão de cidadão - Nota ao DL nº 463/79, de 30/11 [7]	514
Portaria nº 772/2009, de 21 de Julho – Coeficientes de desvalorização da moeda aplicáveis a bens e direitos alienados em 2009 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] – Quadro resumo	222	Decreto-Lei nº 39/2010, de 26 de Abril – Arts. 3º e 38º a 41º - Incentivos à aquisição de veículos eléctricos e à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida - Nota ao DL nº 292-A/2000, de 15/11 [7]	589
Lei nº 72/2009, de 6 de Agosto – Regime transitório de majoração do incentivo fiscal à destruição de automóveis em fim de vida – Nota ao DL nº 292-A/2000, de 15/11 [7].....	589	Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril – Artigo 88º, nºs 1 e 2 - Disposições transitórias aplicáveis aos rendimentos auferidos por sujeitos passivos com deficiência Nota ao art. 12º do CIRS [2.1]	162/163
Decreto-Lei nº 186/2009, de 12 de Agosto – Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso (<i>pacote IVA</i>) [7].....	667	– Artigo 90º - Tributação autónoma excepcional do sector financeiro Nota ao art. 88º do CIRC [2.2]	239
Portaria nº 972/2009, de 31 de Agosto – Regulamenta o novo regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] .	44	– Artigo 91º - Regras transitórias para o regime simplificado (2010) Nota ao art. 58º do CIRC [2.2]	227
Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro – Regime das depreciações e amortizações [7]	672	– Artigo 110º - Norma transitória relativa ao EBF (donativos) Nota ao art. 62º do EBF [5.1]	460
Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro - Código Fiscal do Investimento (<i>Procedimento aplicável à contratualização dos benefícios previstos no art. 41º do EBF e criação do regime fiscal do residente não habitual</i>) [5.4]	471	– Art. 116º – Regime fiscal de apoio ao investimento Nota ao art. 13º da Lei nº 10/2009, de 10/03 [7]	663
Decreto-Lei nº 250/2009, de 23 de Setembro - Regulamentação dos benefícios fiscais à internacionalização [5.4]	477		

– Artigo 122º - Disposições transitórias no âmbito do CPPT Nota ao art. 196º do CPPT [1.3]	82	Portaria nº 1330/2010, de 31 de Dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2011 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo	354
– Artigo 131º - Regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior (RERT II) [7]	683	Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro	
– Art. 132º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7]	570	– Art. 67º – Suspensão da actualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163
– Artigo 133º - Constituição de garantias Nota ao art. 7º do CISelo [4.3]	382	– Art. 68º – Congelamento do valor nominal das pensões Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	164
– Artigo 167º - Incentivo à aquisição de veículos eléctricos Nota ao art. 34º do CIRC [2.2] e ao DL nº 292-A/2000, de 15/11 [7]	216/589	– Art. 97º – Revogação de normas no âmbito do IRS Nota ao art. 86º do CIRS [2.1]	187
– Artigo 174º - Englobamento de rendimentos da categoria B decorrentes do exercício de actividade agrícola, silvícola ou pecuária (2010) – Nota ao art. 74º do CIRS [2.1]	182	– Art. 98º – Disposições transitórias no âmbito do IRS Notas aos arts. 12º, 17º-A, 25º, 79º, 83º, 84º e 87º do CIRS [2.1]	162/163/166/169/183/185/187
Portaria nº 303/2010, de 8 de Junho - Regulamenta as deduções à colecta do IRS respeitantes a encargos com equipamentos de eficiência energética ambiental - Nota ao art. 85º-A CIRS [2.1]	186	– Art. 101º – Despesas com equipamentos e <i>software</i> de facturação Nota ao art. 38º, nº 2, do CIRC [2.2]	218
Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho		– Art. 107º – Disposições transitórias no âmbito do IVA Nota ao art. 18º do CIVA [3.1]	275
– Art. 77º - Participação municipal no IRS – Nota ao art. 20º da Lei das Finanças Locais [6.3]	505/506	– Art. 112º – Adicional às taxas do ISP – Nota ao art. 92º CIEC [3.3] ...	329
– Art. 91º, nº 2 – Norma transitória da declaração mod. 39 do IRS do ano 2009 – Nota ao art. 119º do CIRS [2.1]	194	– Art. 122º – Normas transitórias no âmbito do EBF Nota ao art. 48º do EBF [5.1]	455/460
Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de Junho - Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) [3.3]	309	– Art. 125º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 30º da LGT [1.2]	35
Portaria nº 363/2010, de 23 de Junho – Certificação prévia dos programas informáticos de facturação (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i>) [7]	684	– Art. 130º, nº 2 – Revogação de benefícios fiscais (norma transitória) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7]	539
Despacho Normativo nº 18-A/2010, de 1 de Julho - Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (<i>Regulamentação do art. 22º do CIVA</i>) [7]	687	– Art. 133º – Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II) [7]	691
Portaria nº 467/2010, de 7 de Julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos eléctricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais - Nota ao art. 34º CIRC [2.2]	216	– Art. 134º – Regime especial de apoio ao investimento Nota ao art. 13º da Lei nº 10/2009, de 10/03 [7]	663
Decreto Legislativo Regional nº 14/2010/M, de 5 de Agosto		– Art. 136º – Remuneração convencional do capital social [7]	692
– Arts 3º a 6º - Derrama regional [6.2.2]	487	– Art. 137º – Regime fiscal dos empréstimos externos Nota ao art. 28º do EBF [5.1]	445
Portaria nº 785/2010, de 23 de Agosto – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2010 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] – Quadro resumo	222	– Art. 138º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 5º do Regime, DL nº 193/2005, de 07/11 [7]	628
Portaria nº 879-A/2010, de 29 de Novembro (2.ª série) – Recibo verde electrónico – Nota ao art. 115º do CIRS [2.1]	192	– Art. 139º – Operações de reporte – Nota ao art. 7º do CISelo [4.3] ..	382
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de Dezembro – Bolsas de formação desportiva – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1]	163	– Art. 140º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 30º do EBF [5.1]	445
Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de Dezembro – Art. 4º – Ajudas de custo diárias e subsídio de transporte em automóvel próprio (Km) para os anos de 2011 e 2012 – Nota ao art. 2º, nº 3 d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo	157	– Art. 141º – Regime da contribuição sobre o sector bancário [4.8]	433
Decreto Legislativo Regional nº 34/2010/A, de 29 de Dezembro – Arts. 23º e 24º – Deduções à colecta e Benefícios fiscais – Notas aos arts. 6º e 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.1]	483	– Art. 149º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISelo [4.3] ..	382
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de Dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º CIRS [2.1] ..	163		
Aviso nº 27831-F/2010, de 31 de Dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora para o ano de 2011 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo	37		
Decreto-Lei nº 143/2010, de 31 de Dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2011 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	163		
		2011	
		Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 de Janeiro	
		Arts. 16º, nºs 1 e 2 – Mantém em vigor e altera a derrama regional – Nota aos arts. 3º e 4º do D. Leg. Regional nº 14/2010/M, de 05/08 [6.2.2]	487
		Arts. 17º a 24º – Regime da contribuição sobre o sector bancário na R.A. da Madeira [6.2.3]	488
		Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro – Regime jurídico da arbitragem em matéria tributária [1.6]	125
		Portaria nº 44/2011, de 26 de Janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional – Nota ao art. 11º do CISV [4.4] ..	398
		Portaria nº 70/2011, de 9 de Fevereiro – Limites de auxílios <i>de minimis</i> de 01/01/2011 a 31/12/2013 – Nota ao art. 8º, nº 2, do DL nº 55/2008, de 26/03 [7]	655
		Despacho nº 2517-A/2011, publicado em 3 de Fevereiro	
		Despacho nº 3074-A/2011, publicado em 14 de Fevereiro	
		Despacho nº 1/2011/M, publicado em 18 de Fevereiro, e Declaração de rectificação nº 1/2011/M, publicada em 1 de Março – Tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões aplicáveis a titulares residentes no Continente, R.A. dos Açores e R.A. da Madeira (<i>Versão unificada</i>) – Junto ao DL nº 42/91, de 22/01 [7]	551
		Decreto Legislativo Regional nº 3/2011/M, de 22 de Fevereiro – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira [6.2.1]	484
		Portaria nº 92-A/2011, de 28 de Fevereiro – Define os elementos que integram o dossier fiscal – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2]	251

Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de Março – Participação municipal no IRS – Nota ao art. 20º da Lei das Finanças Locais [6.3]	505/506	– Art. 111º, nº 2 a 7 – Disposições transitórias do IRS Notas aos arts. 12º, 55º, 68º-A, 85º do CIRS [2.1]	162/163/176/186
Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de Março – Miniprodução de electricidade: Art. 14º, nº 3 – Facturação Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA Notas aos arts. 36º nº 11 do CIVA [3.1] e 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7]	283/522	– Art. 115º – Revogação de isenções (<i>entidades anexas de IPSS</i>) Nota ao art. 10º do CIRC [2.2]	211
Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março – Art. 14º – Transposição da Directiva nº 2010/66/UE – Nota ao art. 8º, nº 5, do Regime aprovado pelo DL nº 186/2009, de 12/08 [7]	670	– Art. 116º, nºs 1 a 4 – Disposições transitórias do IRC Notas aos arts. 52º, 53º e 87º-A do CIRC [2.2]	225/226/228
Portaria nº 112-A/2011, de 22 de Março – Vincula a DGCI e a DGAIEC (<i>actual AT</i>) à jurisdição do CAAD – Nota ao art. 4º do Regime da Arbitragem Tributária [1.6]	126	– Art. 117º – Despesas com equipamentos e <i>software</i> de facturação Nota ao art. 38º, nº 2, do CIRC [2.2]	218
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária , a provado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do Regime da Arbitragem Tributária [1.6]	128	– Art. 127º – Regime de liquidação do IVA nas transmissões de combustíveis gasosos – Nota ao art. 32º Lei nº 9/86, de 30/05 [7]	518
Portaria nº 121/2011, de 30 de Março – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Sector Bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8]	433	– Art. 135º – Adicional às taxas do ISP – Nota ao art. 92º CIEC [3.3] ..	329
Portaria nº 219/2011, de 1 de Junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão electrónico – Nota ao art. 248º CPPT [1.3]	89	– Art. 139º – Revogação dos incentivos financeiros na aquisição de veículos eléctricos – Nota ao DL nº 292-A/2000, de 15/11 [7]	589
Portaria nº 77/2011, de 7 de Julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Sector Bancário, para vigorar na R.A. da Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. L. Regional nº 2/2011/M [6.2.3]	489	– Art. 146º, nºs 2, 3 e 4 – Prorrogação de disposições do EBF Notas aos arts. 3º, 25º, 26º e 36º do EBF [5.1]	438/444/450
Despacho 14/2011-XIX, do SEAF, de 18 de Julho – Prorrogação do prazo de entrega da IES/DA, do período de 2010 – Nota ao art. 5º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7]	635	– Art. 151º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Notas aos arts. 19º e 44º da LGT [1.2]	33/36
Lei nº 49/2011, de 7 de Setembro – Art. 2º – Disposições transitórias e finais relativas à sobretaxa extraordinária do IRS do ano de 2011 – Nota ao art. 99º-A do CIRS [2.1]	189	– Art. 154º – Disposições transitórias no âmbito do CPPT Notas aos arts. 169º e 199º do CPPT [1.3]	78/83
Portaria nº 282/2011, de 21 de Outubro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados em 2011 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] – Quadro resumo..	222	– Art. 162º – Regime especial de apoio ao investimento Nota ao art. 13º da Lei nº 10/2009, de 10/03 [7]	663
Lei nº 60-A/2011, de 30 de Novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11, diploma que aprovou o CIMI [4.1]	338	– Art. 164º – Disposição transitória no âmbito do SIFIDE II Nota ao art. 6º do SIFIDE II aprovado pelo art. 133º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [7]	692
Portaria nº 307/2011, de 21 de Dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2012 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .	354	– Art. 165º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISelo [4.3] ...	382
Decreto Legislativo Regional nº 21/2011/M, de 26 de Dezembro – Adaptação orgânica e funcional do DL nº 287/2003, de 12/11, à R.A. da Madeira (<i>diploma que aprovou o CIMI</i>) – Nota ao art. 7º do D. Leg. Regional nº 27/2008/M [6.2.6]	500	– Art. 166º – Regime excepcional de regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior (RERT III)	693
Aviso nº 24866-A/2010, de 28 de Dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora, para o ano de 2012 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo	37	– Art. 168º – Norma transitória das Contribuições Especiais Nota aos arts. 2º dos Regulamentos [4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3]	418/422/425
Portaria nº 320-B/2011, de 30 de Dezembro – Pensão mínima do regime geral (PMRG), para o ano de 2012 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	164	– Art. 173º – Regime fiscal de empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 28º do EBF [5.1]	445
Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Art. 79º – Suspensão da actualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1]	163	– Art. 174º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 5º do Regime aprovado pelo DL nº 193/2005, de 07/11 [7]	628
		– Art. 175º – Operações de reporte – Nota ao art. 7º do CISelo [4.3] ..	382
		– Art. 176º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 30º do EBF [5.1]	445
		– Art. 179º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (<i>restituição do IVA</i>) – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..	539
		– Art. 182º – Prorrogação do regime da contribuição sobre o sector bancário – Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12, que aprova o Regime [4.8]	433
		– Art. 212º – Norma interpretativa – Nota ao art. 19º da Lei nº 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) [6.3]	505

2012

Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (IRS e IRC) – Junto ao DL nº 42/91, de 22/01 [7]	557
Taxas de derrama por município – Junto à Lei nº 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) [6.3]	507
Participação variável no IRS por município – Junto à Lei nº 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) [6.3]	509
Taxas de IMI para prédios urbanos por município – Junto à Lei nº 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) [6.3]	511
Decreto Legislativo Regional nº 3/2012/A, de 13 de Janeiro – Arts. 25º e 26º – Deduções à colecta e Benefícios fiscais – Notas aos arts. 6º e 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.1]	483
Portaria nº 22-A/2012, de 24 de Janeiro – Art. 7º, nºs 1 e 2 – Produção de efeitos das alterações à Portaria nº 363/2010, de 23/06 (Certificação prévia dos programas informáticos de facturação) – Nota ao índice da Portaria nº 363/2010, de 23/06 [7]	684

JOSÉ MANUEL MARTINS MARREIROS

Mestrando em Gestão de Empresas pela UAL, pós-graduado em Fiscalidade pelo ISG, licenciado em Economia pela ULHT e licenciado em Contabilidade e Administração com especialização em Auditoria pelo ISCAL. Frequentou o curso e obteve a certificação de aptidão pedagógica de formador (CAP) pelo IEFP.

Economista assessor principal da inspecção tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), anterior DGCI. Actualmente em comissão de serviço na Direcção de Serviços de Investigação da Fraude e de Acções Especiais (DSIFAE) da AT.

Docente do ensino superior nas unidades curriculares de Direito Fiscal Internacional e Planeamento Fiscal no ISCAL e de Fiscalidade e Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros no ISGB.

Foi assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XVII Governo Constitucional.

Ainda na DGCI, exerceu, entre outras, as funções de chefe da Divisão de Administração do IRS, formador do Centro de Formação, coordenador da troca de informação na área das relações fiscais internacionais, membro do gabinete de apoio jurídico-económico, membro do núcleo de auditoria interna e controlo de qualidade, vogal nas comissões de revisão da matéria tributável, chefe de equipas de inspecção tributária, inspector tributário, perito de fiscalização e liquidador tributário.

Livros publicados em co-autoria: *Sistema Fiscal Português – Códigos fiscais e outra legislação fundamental*, oito edições de 2005 a 2012 (Áreas Editora); *Exercícios Práticos Resolvidos de IVA*, três edições de 2000 a 2005 e reimpressão em 2007 (Vislis e Áreas Editora); *Exercícios Práticos Resolvidos de IRS*, edição de 2001 (Vislis); *Impostos sobre o Rendimento (IRS-IRC-EBF)*, oito edições de 1998 a 2004 (Vislis e Áreas Editora); *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA-RITI)*, oito edições de 1997 a 2004 (Vislis e Áreas Editora).

MARIA HELENA D. VALENTE MARQUES

Pós-graduada em Fiscalidade pelo Instituto Superior de Gestão (ISG) e licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (UL).

Pertence ao quadro de pessoal técnico da área da gestão e administração tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), anterior Direcção-Geral dos Impostos (DGCI).

Actualmente exerce as funções de técnica de administração tributária na Direcção de Serviços de Relações Internacionais da AT, com participação em reuniões internas e externas e trabalhos relacionados com a operacionalização da troca de informação e do procedimento amigável ao abrigo das Convenções para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal e das Directivas da União Europeia no âmbito da assistência mútua em matéria de tributação directa.

Exerce também funções como membro da delegação portuguesa no *Working Group 10* da OCDE para os assuntos da troca de informação prevista no Modelo de Convenção Fiscal e membro da delegação portuguesa no Comité criado para assistir a Comissão Europeia nas medidas necessárias à execução da nova Directiva da cooperação administrativa no domínio da fiscalidade.

Exerceu, entre outras, as funções de chefe de secção e de apoio técnico-tributário no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

Livros publicados em co-autoria: *Sistema Fiscal Português – Códigos fiscais e outra legislação fundamental*, oito edições de 2005 a 2012 (Áreas Editora).

ISBN 978-989-8058-71-3



9 789898 058713 1